

# REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA

Ano XXV

JULHO - SETEMBRO DE 1963

N.º 3

## OBSERVAÇÕES SOBRE O PROBLEMA DA DIVISÃO REGIONAL

FÁBIO DE MACEDO SOARES GUIMARÃES

### I

#### INTRODUÇÃO — O CONCEITO REGIONAL

Ao empreender-se o estudo geográfico de um país, costuma-se seguir primeiramente o método que caracteriza a chamada geografia geral ou sistemática. \*

De acôrdo com tal método, os diferentes fenômenos que se distribuem sobre a superfície terrestre são agrupados em categorias distintas, segundo sua natureza (fenômenos morfológicos, climáticos, demográficos, econômicos, etc.), às quais correspondem os diversos capítulos da geografia geral. Os fenômenos de cada categoria são estudados em sua distribuição, suas variações espaciais, sua gênese, seus tipos e nas suas relações com os fenômenos das demais categorias, tendo-se sempre em vista os princípios fundamentais da moderna ciência geográfica.

Outro método, radicalmente diverso, de organizar o conhecimento geográfico, consiste em estudar sucessivamente as diversas parcelas em que se pode subdividir a superfície terrestre. Em cada uma dessas parcelas estudam-se fenômenos de tôdas as categorias, considerados em suas relações recíprocas. É este o método usado na chamada geografia regional.

Há, portanto, na ciência geográfica, uma dualidade de métodos — o sistemático e o regional. No primeiro, efetua-se um trabalho de análise, ao decompor a realidade segundo as diferentes categorias de fenômenos que a constituem. No segundo, embora haja também análise ao proceder-se ao parcelamento da superfície terrestre, predomina a síntese, ao considerar-se a totalidade dos fenômenos em cada uma das parcelas.

Ambos os métodos são necessários e auxiliam-se mutuamente. Mas a maioria dos geógrafos está de acôrdo em que é na geografia regional

\* A denominação "geografia geral" é a preferida pelos autores franceses e, por influência destes, também a mais usada pelos geógrafos das outras linguas românicas; ao passo que o qualificativo "sistemática" é adotado correntemente pelos geógrafos de língua inglesa. Uma e outra forma têm sido empregadas pelos autores alemães.

que se apresenta mais nitidamente o ponto de vista geográfico, em contraposição ao das ciências especializadas ou sistemáticas. De acordo com o chamado conceito corológico, já expresso na segunda metade do século XVIII por KANT e por HUMBOLDT e, no início deste século, por HETTNER<sup>1</sup>, a geografia estuda as diferenças que se observam nas diversas partes da superfície terrestre e isto é feito diretamente mediante o emprêgo do método regional. Por mais valiosos que sejam os estudos realizados em geografia geral, o coroamento das pesquisas geográficas é a geografia regional, "the most difficult and comprehensive phase of our science" e "the goal of all our efforts", no expressivo dizer de MORRIS DAVIS<sup>2</sup>.

O problema fundamental da geografia regional é, pois, por definição, a individualização das parcelas ou unidades territoriais em que se divide a superfície terrestre e que devem ser estudadas sucessivamente.

Desde a Antiguidade são feitos estudos regionais, pois que os dois ramos da geografia se desenvolveram paralelamente<sup>3</sup>, até que os grandes fundadores da moderna ciência geográfica, HUMBOLDT e RITTER, evidenciassem, na primeira metade do século XIX, as relações estreitas que os ligam. As unidades territoriais, que são objeto desses estudos, foram sempre, todavia, determinadas de maneira um tanto arbitrária, sendo habitualmente baseadas nas divisões político-administrativas.

É óbvio que tal parcelamento longe está de ser satisfatório para os estudos regionais, dada a sua instabilidade e seu caráter arbitrário, pois que resulta das vicissitudes da história dos diversos países. As fronteiras dos estados e as divisas de suas circunscrições administrativas delimitam, em geral, áreas constituídas de partes heterogêneas e, por outro lado, freqüentemente seccionam unidades territoriais homogêneas quanto aos seus aspectos geográficos.

Daí o desejo de basear os estudos de geografia regional em áreas que fôssem independentes do critério político-administrativo e determinadas, por assim dizer, pela própria natureza. Tais unidades, chamadas regiões naturais, deveriam distinguir-se nitidamente umas das outras e ser dotadas, dentro de cada uma, de certa homogeneidade geral quanto aos seus aspectos.

Essa reação contra os critérios até então dominantes acentuou-se na segunda metade do século XVIII, por iniciativa principalmente de geógrafos franceses e alemães. Lembremos que, nessa época, a Alemanha, assim como a Itália, achava-se dividida em uma infinidade de pequenos estados autônomos, com fronteiras demasiado complexas, que absolutamente não se prestavam a constituir uma base adequada para os estudos regionais. Quanto à França, embora já tivesse conquistado sua unidade política, apresentava uma divisão administrativa também

<sup>1</sup> HARTSHORNE (Richard). *The Nature of Geography*, edição de 1939, pp. 134-135 e 140-141.

<sup>2</sup> DAVIS (William Morris), *The Principles of Geographical Description*, in "Annals of the Assoc. of Amer. Geogr.", V. pp. 93 e 105.

<sup>3</sup> MARTONNE (Emmanuel De), *Traité de Géographie Physique*.

muito complicada e mal definida. Essas eram outras razões favoráveis a uma regionalização mais racional.

A noção de região natural tem passado por uma longa evolução. A princípio tratava-se apenas de encontrar parcelas territoriais que fôssem distintas das unidades político-administrativas. O termo “natural” contrapunha-se simplesmente à idéia de “arbitrário”, de “artificial”, sendo a região delimitada por linhas indicadas pela natureza, isto é, por acidentes físicos. Foi também aproximadamente no fim do século XVIII que a noção de fronteiras naturais teve o seu surto em geografia política.

A primeira solução do problema foi demasiado simples, pois que se baseou num único critério, o das bacias fluviais. Esse conceito teve sua origem numa célebre memória apresentada à Academia de Ciências de Paris, em 1752, pelo geógrafo PHILIPPE BUACHE<sup>4</sup> e exerceu grande influência até meados do século seguinte. Baseava-se na hipótese errônea de que os divisores de águas fôssem sempre assinalados por cadeias de montanhas contínuas, que dividiriam a superfície da terra em compartimentos bem delimitados no terreno. Com o melhor conhecimento do relêvo terrestre, o sistema de BUACHE foi depois intensamente combatido pelos geógrafos. Assim é que foi severamente criticado por MALTE BRUN em 1810<sup>5</sup>, por DUFRÉNOY e ÉLIE DE BEAUMONT em 1841 e por VIDAL DE LA BLACHE em 1894, para citar apenas alguns. Apesar de completamente desacreditada pelos geógrafos, a errônea teoria de BUACHE ainda persiste entre os leigos e mesmo entre técnicos relacionados com a geografia, como muitos cartógrafos e topógrafos.

A preocupação de identificar os divisores de águas com as linhas de cumeadas de serras tem sido responsável por muitos erros na representação do relêvo, mormente pela figuração, nas cartas, de serras absolutamente inexistentes. Assim aconteceu, por exemplo, no Brasil, onde muitos mapas continuam a representar a famosa “serra das Vertentes”, de existência fictícia. A êste respeito, assim se expressa DELGADO DE CARVALHO: “Até bem pouco tempo, a ânsia de dividir um país ou um continente em compartimentos bem delimitados levou a uma exageração indevida da linha de separadores de águas. Os mapas do fim do século XIX estão, em grande parte, caracterizados pelas extensas minhocas ou lacraias que representam a orografia e fecham hermêticamente as desejadas “bacias fluviais”. Os mapas do Brasil sofreram cruelmente dêste processo de representação inexata e fictícia”<sup>6</sup>.

Hoje se distinguem perfeitamente os divisores de águas e as linhas de cumeadas, como dois conceitos distintos, um ligado à hidrografia e outro ao relêvo e procura-se divulgar o *slogan*: “Nem tôda serra é divisor de águas, nem todo divisor de águas é serra”.

<sup>4</sup> BUACHE (Philippe), *Essai de Géographie Physique*, in “Mémoires de l'Académie des Sciences”, Paris, 1752.

<sup>5</sup> MALTE-BRUN, *Précis de la Géographie Universelle*, Nouvelle édition, Paris, 1832, II, pp. 200-201 (A 1.ª edição apareceu em 1810).

<sup>6</sup> DELGADO DE CARVALHO, Carlos — *Metodologia do Ensino Geográfico* — Livr. Francisco Alves, Rio de Janeiro, 1925, p. 75.

Mas as idéias de BUACHE não repercutiram apenas na concepção do relêvo, pois que foram também utilizadas na determinação das regiões naturais. Quase um século depois de enunciadas, ainda serviram de base a uma divisão regional da França, por DENAIX, que considerava a divisão por bacias como a única racional em todo estudo geográfico. No dizer expressivo de LUCIEN GALLOIS, “o princípio das linhas divisoras é por êle seguido até suas conseqüências extremas: jamais se levou tão longe o desdém das realidades”<sup>7</sup>.

Tal procedimento já fôra, aliás, criticado muito claramente, no início do século XIX, pelo geólogo COQUEBERT DE MONTBRET, ao explicar que “a bacia de um rio somente deve receber a denominação de região natural se o território sobre o qual ela se estende oferece em toda a sua extensão a mesma constituição física da qual resultem as mesmas produções, o mesmo gênero de agricultura e, geralmente falando, os mesmos hábitos populares, todas as coisas que estão em relação umas com as outras”<sup>8</sup>.

Outra direção para resolver o problema foi dada em França pelos geólogos, desde o fim do século XVIII, que foram durante muito tempo os paladinos da idéia das regiões naturais. LUCIEN GALLOIS expõe, em seu livro clássico, *Régions Naturelles et Noms de Pays*, a contribuição importante dos geólogos franceses no estabelecimento de divisões naturais, em contraposição ao critério político-administrativo, usado até então.

A solução dada era ainda demasiado simples pois que a “região natural” era aí definida apenas pela constituição geológica. Era a conseqüência do progresso dos estudos geológicos que então se processava, e da comprovação do importante papel desempenhado pela natureza dos terrenos nos demais aspectos físicos e econômicos de um país. Quando esses pesquisadores se referiam a esses outros aspectos, era apenas para considerá-los, numa atitude francamente determinista, como um resultado das condições geológicas, como se pode observar no trecho de COQUEBERT DE MONTBRET, há pouco citado.

Na Alemanha, a idéia de estabelecer uma divisão em regiões naturais surgiu também na segunda metade do século XVIII, com o movimento chamado da “reine Geographie” (Geografia pura), também em reação ao uso das unidades político-administrativas. Mas o conceito sofreu ainda a influência das idéias de BUACHE e muitas soluções apresentadas eram demasiado simples.

Como quer que seja, a noção de região natural tornava-se cada vez mais vulgarizada e em 1824 já vemos a Sociedade de Geografia de Paris abrir um concurso de monografias sobre a “Descrição física de uma parte qualquer do território francês, formando uma região natural”. A Sociedade indicava vários exemplos de regiões e terminava suas sugges-

<sup>7</sup> GALLOIS, Lucien — *Régions Naturelles et Noms de Pays* — Libr. Armand Colin, Paris, 1908, p. 33.

<sup>8</sup> in L. Gallois, op. cit. p. 28.

tões com a frase: "... enfin toute contrée de France distinguée par un caractère physique particulier".

Já a expressão "região natural" se impusera mas, como vemos no trecho citado, sua caracterização se baseava num único aspecto físico.

Alguns geógrafos já consideravam, entretanto, insuficiente esta solução tão simples e procuravam caracterizar a região por um conjunto de fatores, inter-relacionados. Mas foram os fundadores da moderna geografia que fixaram definitivamente o conceito regional, como devendo basear-se, não num único fator, mas sim num complexo de fatores, estudados em suas relações recíprocas. RITTER, sobretudo, muito contribuiu para isto, pois procurou resolver praticamente o problema, compreendendo uma divisão do mundo em regiões, em sua grande obra *Die Erdkunde*, em 19 volumes, cujo primeiro apareceu em 1817. HUMBOLDT, mais interessado na geografia geral, jamais tentou realizar tal subdivisão para toda a Terra, ou mesmo um continente, mas estudou regiões isoladas, nas quais sempre considerava a totalidade dos fenômenos, inter-relacionados.

Firmava-se, assim, pouco a pouco, a conceituação das unidades da geografia regional. Mas durante a segunda metade do século XIX, o problema ficou em segundo plano, com a maior ênfase dada aos estudos de geografia geral. Somente no fim do século passado e nas primeiras décadas do atual reavivou-se o interesse pelos estudos regionais. Muito se deve neste sentido à brilhante escola francesa, sob a influência predominante de VIDAL DE LE BLACHE, desde a publicação dos seus trabalhos clássicos *Des divisions fondamentales du sol français* (1888) e *Tableau de la géographie de la France* (1903). Em vez de se limitarem a discussões metodológicas os geógrafos franceses produziram grande número de monografias regionais, que serviram de modelos a trabalhos análogos em muitos outros países. Na parte metodológica salientou-se LUCIEN GALLOIS com a sua obra tantas vezes citada, *Régions Naturelles et Noms de Pays* (1908). Mas foi sobretudo a ALFRED HETTNER, o mais notável dos geógrafos alemães que trataram de metodologia, que se deve a clara conceituação das unidades regionais como caracterizadas por um conjunto de fatores inter-relacionados.

Entre nós, DELGADO DE CARVALHO muito contribuiu para o conhecimento do assunto com o capítulo sobre "região natural" de sua utilíssima obra *Metodologia do Ensino Geográfico* (1925). Atuou também na solução prática do problema, pugnando pela reforma dos programas do ensino secundário da geografia, com o abandono do estudo da geografia do Brasil estado por estado, como até então se fazia, e sua substituição pelo estudo de suas regiões, idéia que se tornou afinal vitoriosa em 1925.

Naquela obra de DELGADO DE CARVALHO, encontra-se a referência à publicação do livro do geógrafo italiano GIUSEPPE RICCHIERI, em Bolonha, em 1920, no qual se trata da noção de região e se estabelece uma clara distinção entre regiões elementares e regiões complexas. "As primeiras abrangem um só fenômeno, as segundas compreendem as áreas sobre as

quais se superpõem várias regiões elementares”, isto é, são caracterizadas por um complexo de muitos fenômenos, considerados conjuntamente. Refere-se ainda RICCHIERI a um terceiro tipo, de “regiões integrais”, que “são formadas de um conjunto de regiões complexas”<sup>9</sup>.

Vemos, pois, que as primeiras “regiões naturais” eram apenas regiões elementares. Posteriormente, por influência de RITTER e HUMBOLDT e sobretudo dos geógrafos da passagem do século XIX para o XX, passaram a corresponder às regiões complexas de RICCHIERI. Quanto às regiões elementares, alguns chegam mesmo a negar-lhe a categoria de “regiões”, preferindo denominá-las “províncias”: províncias geológicas, climáticas, fitogeográficas, etc. As outras seriam regiões, pura e simplesmente.

Mas o termo “natural” passou ainda por outra evolução. A princípio, como já observamos, significava algo que se opunha a “artificial”, “arbitrário”, no caso, às unidades político-administrativas. Quando HUMBOLDT, por exemplo, referia-se à “natureza”, dela não estavam, de forma alguma, excluídos o homem e suas obras. “Natural” significava então tudo que pertencia ao mundo objetivo com exclusão apenas de nossas construções subjetivas. No decorrer do século XIX o sentido do termo foi-se restringindo e hoje corresponde ao mundo exterior, mas dêle excluídos o homem e suas realizações. “Natural” passou a sinônimo de “não-humano” e é neste sentido que o emprega LUCIEN GALLOIS quando insiste em que essas unidades são “de ordem física”:

“C’est à ces unités, grandes ou petites, mais toutes d’ordre physique, qu’il convient de réserver le nom de régions naturelles”<sup>10</sup>.

As regiões naturais são, pois, atualmente definidas apenas pelas suas características físicas, isto é, pelos aspectos que são objeto da geografia física. Daí alguns autores preferirem denominá-las “regiões físicas”.

Pode-se, entretanto, efetuar uma divisão regional em que as unidades sejam caracterizadas pelos aspectos estudados em geografia humana. São as “regiões humanas ou culturais”, dentre as quais avultam as econômicas.

Essa divisão corresponde, aproximadamente, aos dois tipos essenciais que se consideram na paisagem geográfica: paisagens naturais e paisagens culturais. Tal correspondência é apenas aproximada. Com efeito a paisagem natural é sempre compreendida como a que existiria se o homem não a tivesse modificado (têm-lhe sido propostas as denominações “primitiva” e “originária”). Já a paisagem cultural é geralmente considerada uma modificação daquela, isto é, é a própria paisagem natural mais as alterações produzidas pelo homem; é, pois, a paisagem *atual*, tal como se apresenta aos nossos olhos.

A região natural corresponde, de fato, à paisagem de mesmo nome, pois que é constituída pelos elementos da natureza, como seriam se não

<sup>9</sup> DELGADO DE CARVALHO, op. cit., p. 82.

<sup>10</sup> GALLOIS, Lucien — op. cit., p. 222.

tivesse havido a intervenção do homem. Mas a região cultural ou humana é apenas caracterizada pelos elementos devidos ao homem e suas atividades.

Quando se consideram ao mesmo tempo todos os elementos naturais e todos os humanos, temos um outro tipo de região, bastante complexa, para o qual tem sido proposta a denominação de "região geográfica". Como veremos posteriormente, é difícil a individualização das regiões, quer no caso de nos limitarmos aos aspectos físicos, quer aos aspectos humanos. Considerar simultaneamente ambas as categorias de aspectos tornaria a tarefa muito complexa e conduziria a uma divisão em parcelas diminutas e muito numerosas. Por essa razão, não tem sido levada a termo uma divisão desse caráter, segundo regiões extensas.

O problema mais importante, e no qual se têm concentrado as discussões, refere-se à preferência pelas regiões naturais ou pelas culturais.

O principal argumento a favor das regiões naturais consiste na estabilidade deste tipo de unidades regionais, face ao caráter instável que representam as regiões humanas.

Outro argumento, de ordem metodológica, diz respeito ao próprio objeto da geografia humana, que, para muitos, consistiria principalmente no estudo da transformação da paisagem natural na paisagem cultural.

Assim se expressava, por exemplo, LUCIEN GALLOIS, ao defender a primazia para as regiões naturais:

"Mas na realidade é por motivos mais elevados, concernentes à própria concepção da geografia, que é preciso preferir as divisões físicas. Procurar na variedade, na complexidade dos fatos em que intervêm a atividade do homem, aqueles em que se nota a influência do meio, é a própria tarefa de toda essa parte da geografia que não estuda simplesmente os fenômenos naturais e à qual todos concordam hoje em denominar geografia humana".

"Direi mais simplesmente que é preciso, quando se quer levar em conta os fatos humanos, pensar sempre na influência possível do meio. Ora, como reconhecer essa influência, sem um estudo prévio, independente, do meio físico? Como discernir o que é devido ao homem do que é devido à natureza, se se começa por confundir nos mesmos quadros a obra dos homens e as condições naturais?"<sup>11</sup>.

Idéia semelhante encontra-se no pensamento da CAMILLE VALLAUX, segundo o qual, "a geografia humana tem por objeto o estudo da deformação das paisagens naturais pela ação do homem".

Segundo esses autores não haveria dúvidas quanto ao método a seguir: estudar primeiro as regiões naturais, estáveis, baseadas na geografia física; e só posteriormente as regiões humanas, essencialmen-

<sup>11</sup> GALLOIS, Lucien, op. cit. pp. 223-224.

te instáveis. O estudo da passagem das primeiras para as segundas seria o objeto da geografia humana.

DEFFONTAINES também considera que “esta diferença” (entre a paisagem natural e a paisagem modificada pelo homem) “representa o principal domínio da geografia humana” a qual “traça a grandiosa epopéia do trabalho dos homens na paisagem terrestre”.

Tal ponto de vista, expresso de forma quase idêntica por GALLOIS e VALLAUX, tem sido entretanto posta em discussão atualmente. Na preocupação expressa por GALLOIS, não se pode deixar de reconhecer certa dose de determinismo geográfico. A marcha prescrita por VALLAUX é também discutível e manifesta-se demasiado prêsa à tendência histórica.

Tem sido afirmado que o método geográfico determina que, antes de tudo, se descreva o presente, que é realmente o ponto de partida. O próprio DEFFONTAINES aconselha que assim se proceda, na aplicação da história à geografia, usando-a na medida em que ela serve para explicar o presente. Seria uma história feita *à reculons*, como muitas vezes se exprimia o mestre em suas aulas. Face a este ponto de vista, não é aceitável a crítica de VALLAUX, quando diz que tal procedimento importaria em “colocar a charrua diante dos bois”.

Outra objeção refere-se justamente à não coincidência entre regiões naturais e regiões humanas, como aliás sempre salientaram GALLOIS e VALLAUX. Seria realmente viável a marcha por eles proposta se uma região natural se transformasse numa região humana, com os mesmos limites, aproximadamente.

Não é isto, entretanto, o que se dá. Com a atividade do homem, uma região natural se transformará em várias regiões humanas; e por outro lado, cada região humana se constitui de parcelas de outras regiões naturais. O estudo daquela “diferença” a que se refere DEFFONTAINES torna-se, pois, em qualquer hipótese, muito complexo.

Outra objeção que se apresenta a uma divisão em regiões naturais diz respeito à irreabilidade da paisagem natural. Alega-se que, a não ser em certos trechos da superfície terrestre (regiões polares e partes dos desertos e das grandes florestas), raramente se encontram paisagens não modificadas pelo homem, incluindo-se certamente, a ação dos grupos culturais primitivos (ou selvagens), que não é desprezível. É certo que as alterações realizadas pelo homem são muito pequenas quanto ao relevo e quanto ao clima. São entretanto vultosas as modificações por ele introduzidas na vegetação — uma das mais importantes características da paisagem natural, e também nos solos e no regime dos cursos d'água, que são aspectos da maior relevância para a ocupação humana. A paisagem real, na maior extensão da superfície do globo, é em grande parte preparada pelo homem (conscientemente ou não); é a paisagem cultural, em suma. Levando-se, pois, as coisas a rigor, conclui-se que nas áreas habitadas, mesmo com fracas densidades de população, a paisagem natural é uma abstração, que teria de ser reconstituída mental-

mente pelo geógrafo. Em áreas milenarmente ocupadas, como na China, o problema torna-se mesmo insolúvel, pois que não há elementos para se determinar qual seria realmente a sua vegetação originária.

Acentua-se, efetivamente uma tendência para preferir as regiões culturais, sob a alegação de que a geografia é a ciência da realidade presente. De um ponto de vista estritamente doutrinário seriam as regiões chamadas “geográficas”, isto é, aquelas que resultam da consideração dos fatores naturais e humanos, as que se deveria buscar. Dadas, entretanto, as imensas dificuldades para determiná-las, tendo em vista a sua extrema complexidade, a discussão se trava habitualmente sobre a preferência pelas regiões naturais ou pelas humanas, especialmente as econômicas. Mesmo no caso dessa discussão mais restrita, verifica-se a tendência atual para as regiões humanas, tendo em vista a ênfase cada vez maior que se dá ao papel desempenhado pelo homem, como modificador e criador da paisagem.

Tendo apresentado, há 21 anos passados, um parecer sobre a divisão regional do Brasil, o autor destas “observações” assim concluía as suas considerações sobre o aspecto metodológico do problema:

“As regiões naturais constituem a melhor base para uma divisão regional prática, sobretudo para fins estatísticos e especialmente para uma divisão permanente que permita a comparação dos dados em diferentes épocas”<sup>12</sup>.

Em suas linhas gerais, a conclusão seria exata, pois que proclamava as regiões naturais como mais convenientes como base para a comparação no tempo, mas reconhecia que as regiões humanas constituem “uma boa divisão para estudo dum país numa dada época, quando mais importar a comparação no espaço, de umas partes com as outras”. Como resultado de seus estudos e reflexões nesse longo período já decorrido, o autor prefere agora proclamar que “a comparação no espaço” é, em tese, a mais importante, mais de acôrdo com a natureza da geografia.

Na prática, entretanto, nem sempre as prescrições doutrinárias podem ser seguidas rigidamente. Embora, a rigor, o ponto de partida, em geografia, deva ser a paisagem atual, continuam a ser produzidos excelentes estudos geográficos, elaborados por grandes mestres, em que se parte da paisagem natural ou originária e estudam-se as modificações realizadas pelo homem até o presente. Exemplo de trabalho assim delineado é o magnífico livro de PIERRE MONBEIG, *Pionniers et Planteurs de São Paulo*, qualificado por PRESTON JAMES como a mais notável produção geográfica do ano em que foi apresentada.

É também necessário levar-se em conta as condições particulares dos países que se pretende dividir em regiões. No caso de países plenamente desenvolvidos, cuja economia atingiu certo equilíbrio, as regiões humanas passam realmente ao primeiro plano. Nenhuma divisão regional dos Estados Unidos poderá deixar de reconhecer uma região tão

<sup>12</sup> GUIMARÃES, Fábio de Macedo Soares — *Divisão Regional do Brasil* — in “Rev. Bras. Geogr.”, ano III, n.º 2, p. 341.

bem individualizada como o *Cornbelt*, por exemplo, embora se estenda sobre trechos de regiões naturais distintas (florestas de latitudes médias e *prairies*). O mesmo se dirá, de outras regiões plenamente humanizadas na Europa Ocidental. Na realidade, tem sido seguido, mesmo nesses casos, um critério eclético, em que regiões humanas e regiões naturais são postas lado a lado, embora tal procedimento não obedeça a uma lógica rigorosa.

No caso, entretanto, de países subdesenvolvidos, cuja economia se acha em rápida evolução, como o Brasil, as regiões humanas que se poderia considerar são demasiado instáveis, estão ainda em formação, parecendo prematuro apontarem-se regiões humanas tão bem definidas com o *Cornbelt*, a não ser em pequenas áreas esparsas.

Solução conciliatória poderá ser, por exemplo, a construção de duas divisões regionais, paralelamente, de um mesmo país: uma em regiões naturais e outra em regiões humanas, como propôs, por exemplo, PIERRE MONBEIG ao expor os estudos da Secção Regional de São Paulo da AGB sobre a divisão regional daquele estado.

Parece, de qualquer forma, desnecessário, fixar-se dogmáticamente um critério geral a seguir para todo e qualquer país. A escolha do tipo de região dependerá sempre do caso particular que se tem a considerar e também do objetivo a atingir.

Em países cujo desenvolvimento se vem processando por meio de grandes planejamentos estatais, sem grande atenção ao passado e mesmo ao bem-estar atual das populações, o que se procura sobretudo é bem conhecer o meio natural e o melhor partido que se poderá tirar de suas condições, tendo em vista os grandes empreendimentos a realizar. Na União Soviética, por exemplo, os geógrafos chegam a ser demasiado veementes na sua preferência pela divisão em regiões naturais, conforme as comunicações que apresentaram ao XVIII Congresso Internacional de Geografia.<sup>13</sup>

Qualquer que seja o tipo de região complexa que se considere há ainda uma questão muito importante a examinar. Serão as regiões unidades realmente existentes na natureza e distintamente individualizadas, cumprindo ao geógrafo, mediante pesquisas cuidadosas e pormenorizadas, encontrá-las e depois demarcá-las nas cartas? Em outras palavras, terão os quadros regionais caráter objetivo?

Quando se descreve a diferenciação regional, costuma-se apresentar as coisas de tal maneira que a primeira tendência é responder afirmativamente. Ao focalizar o tema é comum dizer-se que, ao observar a face da Terra, verifica-se que há largos trechos em que a paisagem permanece, em linhas gerais, uniforme, e são seguidos por outros, também uniformes, mas nitidamente distintos. Tais áreas seriam separadas umas das outras senão por linhas, pelo menos por faixas ou zonas de transição.

<sup>13</sup> SOTCHAVA, V.B. — *Les principes de la division physico-géographique des territoires* — in "Essais de Géographie" — édition de l'Acad. des Sciences de l'URSS — Moscou — Leningrad — 1956 (Recueil des articles pour le XVIII.<sup>e</sup> Congrès International Géographique).

Percorrendo-se, portanto, uma região complexa, notar-se-ia que, durante longa extensão, os diversos caracteres físicos ou humanos permaneceriam aproximadamente constantes até que, ao atingir-se certo ponto, começariam a variar, mais ou menos rapidamente; a seguir, já em outra região, novamente aquêles caracteres permaneceriam constantes, e assim por diante.

A face da Terra seria, nesse caso, constituída por um mosaico cujas peças seriam as regiões (algo como as células de um organismo) “cimentadas” por faixas de transição.

Cada continente ou país seria, neste caso, formado por certo agregado de regiões e ao geógrafo caberia descobri-las e delimitá-las, por linhas ou por faixas de transição. Geógrafos trabalhando separadamente, desde que fôssem igualmente competentes e dispusessem do mesmo grau de conhecimento sôbre o território, haveriam portanto de chegar necessariamente à mesma divisão regional. Esta seria a única divisão correta e qualquer outra que dela diferisse teria de ser considerada errada.

O autor destas “observações” já expressou esta opinião em seu parecer de 1941, nos seguintes têrmos: “Pode-se, assim, afirmar que, uma vez perfeitamente conhecidos e interpretados os fatos geográficos (*sic*), um dado território só poderá admitir uma única divisão em regiões naturais. Trata-se, evidentemente, dum ideal longínquo a atingir-se, e nunca se poderá dizer, em dado momento, que se chegou à divisão definitiva. Novas observações, novas interpretações mais corretas, permitirão sempre um progressivo aperfeiçoamento da divisão regional e deve ser sempre deixado aos geógrafos o campo livre, em sua busca incessante da verdade”.<sup>14</sup>

As divergências entre divisões devidas a vários autores seriam, assim, provenientes do fato de uns conhecerem melhor o território do que outros ou interpretarem mais corretamente os fatos. Uma vez atingido tal grau de perfeição, atingir-se-ia a “verdade”, isto é, a verdadeira divisão regional do território.

A mesma opinião era, e é ainda, esposada por geógrafos dos mais eminentes. Trata-se de questão que pertence à filosofia da geografia e talvez a mais importante da metodologia da geografia regional.

A análise dêsse problema tem sido empreendida por muitos mestres, e, em particular, de maneira extremamente profunda e pormenorizada por RICHARD HARTSHORNE em sua monumental obra *The Nature of Geography*. Seus argumentos são plenamente convincentes e demonstram o caráter subjetivo de qualquer divisão em regiões complexas. Salienta êle que tal análise já fôra feita com grande profundidade há mais de um século, pelo geógrafo alemão BUCHER em 1827, cujas ponderações não tiveram entretanto a devida repercussão e caíram no esquecimento.<sup>15</sup>

<sup>14</sup> GUIMARÃES, Fábio de Macedo Soares, op. cit., p. 319.

<sup>15</sup> HARTSHORNE, Richard — *The Nature of Geography* — in “Annals of the Assoc. of Amer. Geographers”, vol. XXIX, n.ºs 3 e 4, 1939, p. 46.

Mesmo no caso de regiões elementares é bastante discutível a sua existência, como uma sucessão de áreas aproximadamente homogêneas, separadas por faixas de transição. As províncias geológicas são as que melhor correspondem a essa noção. As do relevo já se apresentam com muito menor nitidez e as províncias geomorfológicas resultam, em geral, de generalizações. O mesmo se poderá dizer das províncias botânicas ou pedológicas. Mas as climáticas são as que mais se afastam do conceito ideal de regiões. No domínio do clima a regra é a transição contínua e quando se fala numa província climática quer-se sempre referir a uma área onde os diversos elementos climáticos variam entre limites mais ou menos arbitrariamente fixados.

Mesmo que se considerem províncias definidas por um único elemento climático, o que se tem, via de regra, é uma contínua variação. Um mapa de regiões térmicas é simplesmente um mapa de isotermas que são escolhidas arbitrariamente. Na passagem de uma região térmica para outra há a mesma transição que se observa no interior de cada uma delas e não forçosamente uma transição mais rápida. A realidade não corresponde a uma sucessão de áreas em que a temperatura permanecesse mais ou menos constante numa área, passasse em seguida a variar rapidamente até chegar a uma outra constância aproximada, e assim por diante, fornecendo-nos um gráfico representativo segundo degraus e patamares. O mesmo se dirá de províncias definidas por outros elementos.

Quanto às províncias climáticas propriamente ditas, já temos de certa forma regiões complexas, pois que resultam da consideração simultânea de diversos elementos. É óbvio que a divisão obtida corresponderá à classificação adotada. Ora, há várias classificações climáticas, tão legítimas umas quanto as outras e não haverá razão alguma para qualificar de verdadeira uma delas e de falsas as demais.

Quando se consideram então as regiões propriamente chamadas complexas, em que se levam em conta simultaneamente muitos aspectos (físicos, humanos ou ambos), a dificuldade aumenta extraordinariamente.

Se as relações entre tais aspectos fôsem rígidas, se houvesse de fato um determinismo, então as variações de qualquer aspecto seriam acompanhadas de variações nos demais e as regiões seriam entidades que se poderia individualizar. A interdependência dos fenômenos, mesmo se considerarmos apenas os naturais, é porém, um tanto frouxa, e há mesmo uma certa independência entre eles.

Basta que se considere que a diferenciação existente na face da Terra resulta da ação de dois grupos de forças, independentes um do outro; as forças internas, que determinaram as grandes linhas do relevo, a estrutura geológica, a riqueza mineral e, em parte, a natureza dos solos; e as forças externas, que derivam da energia solar, proveniente de uma fonte extraterrena e cujas variações correspondem às diferenças de inclinação dos raios solares e à duração dos dias e das noites, varia-

ções essas que resultam da forma da Terra e das posições relativas dos dois astros em seus movimentos.

Um grupo de forças é absolutamente independente do outro. É óbvio que os efeitos de tais forças reagem uns sobre os outros; o relevo introduz variações importantes no clima e este, por sua vez, modela tipos diferentes de relevo. Mas, quando se consideram as grandes divisões, observa-se claramente a independência dos dois aspectos.

Dadas as suas causas fundamentais, as grandes províncias climáticas apresentam-se como zonas, acompanhando, embora com grandes sinuosidades, os paralelos terrestres. Já as grandes linhas do relevo se produziram nas direções as mais diversas e sua distribuição é francamente azonal, muitas vezes acompanhando os meridianos.

Quando se consideram as regiões geográficas propriamente ditas, em que se levam em conta simultaneamente fatos físicos e humanos, as relações entre uns e outros se tornam demasiado frouxas, visto que não mais se admite o determinismo geográfico.

Dada pois a relativa independência dos fatores que modelaram as paisagens terrestres é inútil procurarem-se essas entidades concretas, dispostas lado a lado, como num mosaico, resultantes da correlação dos fenômenos físicos, biológicos e humanos que se distribuem na superfície terrestre.

É claro que não se pretende negar as influências que se verificam entre todos esses fenômenos pois isso corresponderia a negar a própria geografia como ciência. O que se afirma é que essas influências não são bastante rígidas para determinar a existência de regiões complexas, como entidades objetivas.

Dever-se-á, então, abandonar a tentativa de dividir um país em regiões? Absolutamente, não, pois a geografia regional exige a divisão de áreas extensas em parcelas que devem ser estudadas sucessivamente. Dever-se-á então voltar às divisões políticas, às bacias fluviais ou simplesmente a quaisquer áreas tomadas ao acaso? Igualmente não. O geógrafo continuará sempre a procurar estabelecer uma divisão em regiões — naturais, culturais ou geográficas — determinadas da maneira mais criteriosa possível. Deverá apenas ter consciência de que os quadros regionais são construções subjetivas, extremamente úteis e mesmo indispensáveis à compreensão da realidade, mas que não têm caráter absoluto e variarão com os critérios seguidos e com os objetivos que se têm em vista.

Desde 1945, aliás, o autor destas “observações” já retificara o seu ponto de vista anterior e afirmava: “Tais divisões segundo as regiões naturais variarão certamente segundo os diversos geógrafos. O estabelecimento de uma divisão regional tem muito de subjetivo”.<sup>16</sup>

<sup>16</sup> GUIMARÃES, Fábio de Macedo Soares — *O estudo da geografia e as regiões naturais* — in “Bol. Geográfico”, n.º 24, março de 1945, p. 1863.

As regiões não são objetos concretos, encontrados na face da Terra; de fato, não passam de “construções mentais”, de esquemas delineados pelos geógrafos, para ajudar a compreender a realidade.

Assim se exprime, com tóda nitidez, o grande mestre VERNON C. FINCH: “They (the regions) are therefore, in a sense, mental constructions rather than clearly given entities”.<sup>17</sup>

Em termos análogos, afirma HARTSHORNE: “The regional entities which we construct on this basis are therefore in the full sense mental constructions; they are entities only in our thoughts, even though we find them to be constructions that provide some sort of intelligent basis for organizing our knowledge of reality”.<sup>18</sup> “The region itself, we find, is not determined in nature or in reality. We cannot hope to “discover” it by research, we can only seek the most intelligent basis or bases for determining its limits — in general, for dividing the entire world into regions”.<sup>19</sup>

Ao fazer-se uma divisão regional, em graus sucessivos de subdivisão, chega-se a pequenas áreas, cada uma das quais se admite dotada de certa uniformidade. Efetua-se, pois, a substituição da diferenciação contínua, que se observa na face da Terra, por um mosaico de regiões. Isto importa numa certa distorção da realidade, mas que é indispensável para a compreensão dessa mesma realidade.

Essa distorção não é peculiar apenas à geografia, mas a qualquer ciência (a não ser a matemática pura).

“Any science concerned with the study of reality — as distinct from pure mathematics — must use concepts that represent actual deformations of truth, however slight. The necessity of reducing the incomprehensible complexity of reality to comprehensible systems necessitates, and thereby not merely excuses but legitimizes, the deformations of truth. All that science requires is that the scientist recognize always that his concepts are but approximate and arbitrary alterations of reality”.<sup>20</sup>

## II

### O PROBLEMA DA DIVISÃO REGIONAL

O conceito teórico de região (natural, cultural ou geográfica) é relativamente simples. Cada região é um trecho da superfície terrestre dotado de certa homogeneidade quanto aos diversos aspectos que apresenta. Tal homogeneidade não se refere a um único aspecto mas ao conjunto de todos êles.

<sup>17</sup> FINCH, Vernon C. — *Geographical Science and Social Philosophy* — in “Annals of the Assoc. of Amer. Geogr.”, vol. XXIX, março 1939, p. 12.

<sup>18</sup> HARTSHORNE, Richard — op. cit. p. 275.

<sup>19</sup> id., p. 284.

<sup>20</sup> HARTSHORNE — op. cit. p. 286.

Sendo êste um conceito puramente ideal, será necessário confrontá-lo com a realidade para verificar as possibilidades de sua aplicação. Para que se pudesse usá-lo estritamente como foi imaginado, duas condições seriam necessárias. A primeira seria a rígida interdependência de todos os fenômenos sobre a superfície terrestre, o que implicaria num absoluto determinismo: quando um aspecto permanecesse constante, todos os outros também o permaneceriam. A segunda seria a variação dos aspectos não por gradações contínuas, mas sim de uma maneira tôda peculiar: um fenômeno permaneceria constante, pelo menos aproximadamente, durante um certo trecho da superfície; passaria, em seguida, a variar rapidamente num curto trecho e novamente se tornaria constante em outra parcela do território e assim sucessivamente. O gráfico dessas variações teria o aspecto de uma linha em degraus sucessivos e a face da Terra seria essencialmente constituída por um mosaico de paisagens diferentes, sendo cada uma delas bastante uniforme.

Já vimos, entretanto, que tais condições não se verificam de fato e que as regiões são entidades subjetivas que se substituem à realidade, por motivos principalmente didáticos. O mosaico que se obtém com uma divisão regional é sempre uma deformação da realidade, mas necessária à nossa compreensão. Tudo que se pede é que essa deformação seja relativamente pequena, tendo em vista as finalidades do estudo que se empreende.

Quando se procura compreender uma grande área, pode-se abstrair de muitas diferenças secundárias e dividi-la em regiões extensas, supostas uniformes quanto a alguns aspectos mais importantes. Quanto mais pormenorizado fôr o estudo, feito com o auxílio de cartas em grande escala, menores deverão ser as regiões. Teòricamente só atingiríamos a uma divisão perfeita se cada região tivesse dimensões infinitesimais, pois que não há dois pontos idênticos na superfície da Terra: mesmo que todos os seus aspectos físicos e humanos sejam idênticos, suas posições serão diferentes e a posição é um elemento essencial em geografia.

Não obstante, é necessário empreender a divisão, mas sempre com plena consciência de que se está fazendo uma generalização, um simples esquema, em largos traços, da realidade que se apresenta na superfície da Terra.

Para conciliar êsse esquema com a realidade, a divisão é feita em graus sucessivos. Uma primeira divisão é feita segundo regiões extensas; numa divisão em segundo grau, essas serão parceladas em regiões menores e assim sucessivamente até atingir-se a micro-regiões, aproximadamente homogêneas. Na prática, são realizadas apenas poucas subdivisões.

Tendo em vista as considerações anteriores, conclui-se que as primeiras subdivisões não podem levar em conta simultaneamente todos os aspectos. Quanto maiores as regiões, maior será o grau de generalização, de esquematização, e o critério para sua individualização está

relacionado à escolha de uns poucos aspectos, considerados mais importantes, para defini-las. Frequentemente, apesar de tôdas as afirmações de que se considera um conjunto de aspectos na divisão, verifica-se que o autor na realidade se prendeu a um único fenômeno decisivo. O aspecto (ou os poucos aspectos) escolhido, em cada grau de subdivisão, é o que se tem chamado a “nota característica” ou o *leading factor*.

Os elementos escolhidos para caracterizar as regiões, em cada grau de subdivisão, são considerados os de maior significação geográfica. Mas, significação em relação a quê? Costuma-se responder que em relação à diferenciação espacial, isto é, os elementos mais significativos serão aqueles que têm maior responsabilidade nessa diferenciação.

No caso da divisão em regiões naturais, tentam alguns caracterizar essa significação em termos unicamente dos próprios aspectos físicos, isto é, sem levar-se em conta o homem. Mas é extremamente duvidoso que se possa estabelecer uma hierarquia nas responsabilidades pela diferenciação. Grande número de autores pretende que a primazia dos fatores de diferenciação pertence ao clima. Tal afirmação fica muito abalada quando se apresenta uma grande cadeia de montanhas que atravessa zonas climáticas diferentes. É o caso, por exemplo, da Cordilheira dos Andes. Em qualquer divisão primária da América do Sul os Andes são sempre considerados como uma grande região desse continente e só em segundo grau é que são divididos segundo o critério climático. Já no caso de um grande deserto como o Saara é o clima que passa a ser o critério básico de diferenciação, embora essa grande região apresente um relêvo bastante variado. Outras vezes é a vegetação que é escolhida como “nota característica”, como no caso da Amazônia.

A escolha da “nota característica” envolve sempre muito de subjetivo. Para diminuir-se a indeterminação, muitos preferem julgar a significação geográfica de um elemento pelas suas conseqüências sobre o homem. Ora, os interesses humanos variam com os tipos de civilização, com as épocas, em suma.

Uma divisão do Brasil em regiões naturais feita na época colonial seria certamente diversa da que fazemos nos dias de hoje. Isso nos mostra que a estabilidade de uma divisão natural é também bastante relativa.

Não podemos, pois, fugir de um certo subjetivismo, um critério pessoal, na escolha dos fatores principais que forem escolhidos para a divisão regional, em graus sucessivos. E, em cada grau, o próprio critério de escolha poderá variar, conforme se tem sempre verificado, na prática.

Se, por exemplo, quisermos manter na divisão da América do Sul uma rígida hierarquia de *leading factors* ter-se-á um resultado pouco satisfatório. Se a primeira divisão, em grandes regiões obedecer ao critério climático, desaparecerá essa grande unidade que é a Cordilheira dos Andes. Se fôr o relêvo, seguido coerentemente em toda a divisão de primeira ordem, áreas das mais características, como a região semi-

-árida do Nordeste do Brasil, serão também desmembradas. A “nota característica” será pois, ora uma, ora outra, no mesmo grau de subdivisão, de acôrdo com o critério do geógrafo.

### A DELIMITAÇÃO

Problema dos mais difíceis em qualquer divisão regional, quando se tenta efetivamente realizá-la, é o da delimitação das regiões.

Quando se trata do assunto apenas teoricamente, sem a análise profunda da natureza das regiões, não se tem noção dessa dificuldade. Bastará, entretanto, procurar traçar uma divisão no mapa, para que ela surja, de forma bastante desanimadora.

A solução que tem sido sempre indicada para a demarcação das regiões complexas é a da superposição de regiões elementares. É o que propõe, por exemplo, DELGADO DE CARVALHO, em sua *Metodologia do Ensino Geográfico*; após tratar da elaboração de mapas de regiões elementares: “Se agora, em vez de um só mapa, relativo a áreas geográficas contíguas, consideramos vários mapas, todos elementares, relativos às mesmas áreas; se, em vez de compará-los lado a lado, conseguirmos superpô-los, observaremos as divergências e coincidências das linhas de limites dos diferentes mapas superpostos. Verificaremos que *uma boa área é comum a todos êles e que só nas margens é que reina certa imprecisão*. Temos assim esboçado a região complexa, isto é, a região natural e as orlas imprecisas são as zonas de transição”.<sup>21</sup>

Este processo serviria até para a definição de região natural, pois que o mestre assim prossegue: “Chegamos assim à conclusão de que a região natural é uma área geográfica, mais ou menos precisa, que a observação permite criar com a superposição de mapas figurando influências fisiográficas diversas: relêvo, hidrografia, clima, vegetação; forma-se assim uma imagem composta, uma síntese esboçada que vai servir de cenário à ação do homem. Pois não é esta a própria definição que demos da noção de região natural?”.<sup>22</sup>

Se qualquer um experimentar o processo, encontrará resultados decepcionantes. Verá que somente em um ou outro caso as coisas se passarão de maneira mais ou menos satisfatória, isto é, a superposição dará uma guirlanda de linhas sinuosas entrecruzando-se, mas envolvendo uma área comum a todos os mapas elementares. Na maioria dos casos, obterá apenas um entrecruzamento demasiado caprichoso de linhas, nas mais diversas direções, que não permitirão discernir nenhuma área central (*core area*) cercada por uma zona de transição. Bastará que as linhas principais da estrutura geológica ou do relêvo não coincidam com as das zonas climáticas, para que os resultados da superposição sejam decepcionantes.

<sup>21</sup> DELGADO DE CARVALHO — op. cit., p. 91.

<sup>22</sup> id., pp. 91-92.

Já vimos as razões dessa discordância dos mapas elementares, quando tratamos dos fatos a considerar na caracterização das regiões. Os mesmos motivos que fazem com que a superfície terrestre não tenha a estrutura de um mosaico, impedem a coincidência, mesmo aproximada, das linhas limítrofes das regiões elementares.

A consideração das zonas de transição, como áreas distintas das regiões propriamente ditas, não tem geralmente sentido, pois, na realidade, na superfície da Terra tudo é transição.

Mesmo, entretanto, que se admita tal distinção, na realidade não se simplifica o problema, pois recaímos na tarefa de delimitar um e outro lado da zona de transição.

Desanimados pela dificuldade, alguns geógrafos têm proposto, pura e simplesmente, renunciar ao traçado de quaisquer limites. Essa renúncia não constitui entretanto uma solução, pois a compreensão da realidade exige a delimitação, mesmo com o caráter de simples esquematização.

Um dos princípios fundamentais da ciência geográfica — o da extensão — estabelece justamente a necessidade do traçado de limites. E nisto se baseia a própria cartografia. De nada serviria um mapa sem a delimitação dos fenômenos observados. (Ver o trabalho *Divisão Regional do Brasil*, do autor destas “observações”, in “Rev. Bras. Geogr. ano III, n.º 2, p. 331).

Deveremos, por isso, renunciar às divisões regionais? Não há motivos para tal atitude. Um quadro regional é uma construção mental que nos ajuda a compreender a realidade. É um simples esquema, uma deformação consciente de realidade, mas necessária à nossa compreensão.

O problema principal não é o da delimitação mas sim o da determinação das próprias regiões, pois, como bem afirma P. MONBEIG “não é o “quadro” o mais importante, mas o que fica dentro dele. Para repetir uma fórmula clássica: não é o continente, mas o conteúdo”<sup>23</sup>.

Uma vez resolvida a individualização de uma região e das suas vizinhas, passa-se a marcá-las no mapa, separando-as por linhas que as limitem esquematicamente. O traçado dessas linhas, necessariamente tem muito de arbitrário, mas poderá apoiar-se num ou mais elementos característicos, as “notas características” ou *leading factors*, a que já nos referimos.

## A SUBDIVISÃO

Quando se trata de uma grande área impõe-se uma subdivisão em graus sucessivos até que se obtenham pequenas regiões que se possa considerar aproximadamente homogêneas. Já nos referimos a essa decomposição quando tratamos dos fatores a considerar.

<sup>23</sup> MONBEIG, Pierre — *A divisão regional do estado de São Paulo* — in “Anais da Assoc. dos Geogr. Bras.” — Vol. I, 1945-46, p. 35.

Há duas marchas a seguir para se obter êsse parcelamento: a subdivisão ou o agrupamento. Ambos os métodos têm suas vantagens e inconvenientes. Na subdivisão temos uma organização mais didática do conhecimento e pode-se mais nitidamente compreender o critério usado na divisão regional. Corre-se, entretanto, o risco de seccionar unidades regionais bem caracterizadas.

No agrupamento, parte-se das pequenas unidades regionais, cuja individualização se pode fazer mediante trabalhos de campo e aproveitando as pequenas regiões já consagradas pelo consenso popular: os *pays* como chamam os franceses, as “terras” como se diz em Portugal ou as “zonas” no Brasil. O Prof. BACKHEUSER, por exemplo, preconiza êste método, usando de uma analogia com o agrupamento das espécies biológicas em gêneros, e dêstes em famílias, e assim por diante.<sup>24</sup> O agrupamento se fará por generalizações sucessivas, abstraindo cada vez mais dos pormenores, até chegar-se a grandes conjuntos regionais. Na prática os dois métodos podem ser usados simultâneamente, um servindo de contraprova ao outro, até que se chegue a uma solução adequada ao fim que se tem em vista.

Num parcelamento em regiões de diferentes ordens é inevitável o seccionamento de algumas unidades elementares: bacia fluvial, província geomorfológica ou província climática.

Examinamos o caso da bacia do São Francisco. É óbvio que as unidades do relêvo não permitirão considerar tôda a bacia numa só região. Mesmo, entretanto, uma unidade que seria desejável manter-se indivisa, como o vale médio dêsse rio, dadas as estreitas relações entre suas partes, acabará sendo dividida pela aplicação do critério climático: parte do médio vale será absorvida pela região semi-árida ou por algumas de suas subdivisões. Ter-se-á de renunciar à unidade fluvial ou à das zonas climáticas. Por êsse exemplo, verifica-se como é difícil organizar-se uma divisão regional satisfatória. Sempre será preciso sacrificar-se alguns critérios, em benefício de outros. É necessário contentar-se com um *compromise* entre diversos critérios da divisão.

O agrupamento regional não obedece sempre ao princípio da generalização, segundo o qual se reúnem unidades relativamente semelhantes numa unidade maior. Muitas vêzes se unem parcelas bem diferentes mas que têm entre si estreitas relações, do ponto de vista dos interesses humanos.

Trata-se de regiões contíguas e que podem ser consideradas complementares, quanto à sua utilização pelo homem. Neste caso, a posição relativa é um fator que passa a ser levado fortemente em consideração. O exemplo clássico é a grande região do Nordeste do Brasil, que inclui duas áreas muito diferentes, e até mesmo contrastantes: o sertão e a

<sup>24</sup> BACKHEUSER, Everardo — *Fronteiras da Geologia e da Geografia e a unidade desta ciência* — in “Rev. Bras. Geogr.”, ano III, n.º 3, 1941, pp. 644 a 646.

zona da mata. São dois ambientes absolutamente distintos mas estreitamente relacionados quanto à geografia humana e econômica pelas suas relações de interdependência. (Ver o trabalho *Regiões Naturais do Brasil*, do autor destas "observações", in "Bol. Geográfico", n.º 11, na parte referente às "Grandes Regiões", pp. 48 a 58).

Dentre as regiões humanas, umas são formadas pelo critério da semelhança das partes; mas outras são constituídas por agrupamentos de partes distintas estreitamente associadas. É o caso das regiões que são consideradas como esferas de influência de cidades. Um agrupamento dêsse tipo é necessariamente heterogêneo, pois não há maior contraste que entre a paisagem urbana e a paisagem rural. O critério aí não é o da semelhança de formas, mas o das relações entre as partes.

Problema relativamente secundário, mas que no entanto provoca geralmente grandes discussões, mormente entre os leigos, é o das denominações das regiões.

O ideal é dar-se à região um nome que corresponda à sua nota característica, isto é, ao fator que serviu de principal motivo para a sua individualização. Mas, muito freqüentemente, um nome já se impôs popularmente, cuja origem é, às vezes, geográfica, outra, históricas. A obra clássica de L. GALLOIS examina o problema dos nomes populares, mostrando que, muitas vezes, eles podem ser adotados, mas que, outras vezes, eles nada têm a ver com as regiões naturais e representam apenas reminiscências de velhas divisões político-administrativas, tendo assim um interesse puramente histórico.

Sendo freqüentemente difícil dar-se à região um nome que defina o critério de sua individualização, dada a complexidade dos fatores considerados ou o seu caráter erudito, e não havendo também um nome popular que a consagre, é necessário apelar para outros sistemas de denominação. Muito comumente é um acidente notável que se escolhe para denominá-la; outras vezes, um centro urbano que sirva de "capital regional"; outras, um ponto cardeal referente à posição da região no país que se divide.

#### *As relações com as unidades político-administrativas*

Pelo seu conceito, as regiões não devem subordinar-se às divisões político-administrativas, tanto mais que surgiram justamente com o objetivo de tornar o estudo geográfico independente de tais divisões. É ponto pacífico que as regiões naturais devem ser individualizadas sem a preocupação de coincidi-las com as unidades político-administrativas e o mesmo se poderá dizer das regiões humanas. Seus limites só coincidirão ocasionalmente, num ou outro trecho.

Tais unidades terão naturalmente de ser consideradas em geografia política. Poderão também ter certa importância em outros ramos da

geografia humana, pois as fronteiras políticas são freqüentemente responsáveis por certas diferenciações que se observam nos domínios cultural e econômico. Não são, por conseguinte, inteiramente destituídas de interesse, especialmente quanto às unidades nacionais ou países. Já as circunscrições territoriais em que éstes se dividem, têm interesse secundário (mas não de todo inexistente) nos estudos geográficos.

É certo, entretanto, que muitas vêzes se têm organizado divisões regionais com a preocupação de não desmembrar essas circunscrições, sendo então cada região constituída por uma ou mais dessas unidades. Quando assim se procede, não é com a intenção de obedecer a preceitos metodológicos e nem por ignorar-se a impropriedade de tais agrupamentos, mas sim apenas por comodidade, tendo em vista considerações de ordem prática.

Uma das razões dêsse procedimento é de caráter didático, quando se trata do ensino da geografia em nível elementar ou até mesmo médio. Outro motivo, e dos mais importantes, consiste no fato de serem apresentados por circunscrições político-administrativas todos os dados estatísticos que são necessários à geografia humana em seus diversos ramos.

A divisão regional por agrupamento de unidades político-administrativa é, pois, apenas uma divisão prática, que representa uma deformação consciente da divisão teórica feita em obediência aos corretos preceitos da metodologia geográfica.

Quando as circunscrições são extensas e constituídas de parcelas regionais muito diferentes, torna-se realmente demasiado artificial o seu agrupamento, que perde muito de suas vantagens, inclusive as didáticas. Tal inconveniente diminui quando se trata de unidades relativamente pequenas, mas nunca desaparece inteiramente. Mesmo as pequenas circunscrições, como os municípios, são freqüentemente formadas por trechos de regiões naturais distintas.

Um dos tipos de localização mais freqüentes das cidades é no contacto entre regiões naturais diferentes, pois tal posição é bastante propícia à mais típica das funções urbanas — a comercial; e é em torno dos centros urbanos que se organizam municípios.

O limite entre regiões, principalmente se se trata de regiões naturais, vai por conseguinte, geralmente cortar as circunscrições político-administrativas, passando muitas vêzes pelas sedes municipais. A deformação da realidade que se pratica ao localizar um município, por inteiro, numa ou noutra região, é inevitável, mas torna-se menos grave se a circunscrição fôr pequena.

Por outro lado, entretanto, o agrupamento de circunscrições não deixa de tornar, às vêzes, mais fácil a tarefa de subdividir um território em regiões, dado o caráter impreciso que forçosamente apresenta a delimitação. Desde que os limites regionais, conforme foi examinado, tenham

apenas um caráter esquemático, a subordinação aos limites político-administrativo resolve, às vezes, a dificuldade de decidir o seu traçado mais apropriado. Isto é particularmente verdadeiro quando o conhecimento do território é apenas aproximado, por deficiência de cartas em grande escala e de estudos *in loco*, necessários à interpretação dos pormenores. A subordinação aos limites político-administrativos, encobre, às vezes, a ignorância sobre a natureza da área a dividir.

Não parece necessário qualquer debate circunstanciado sobre esse assunto. Todos estão de acordo em que uma divisão regional não se deva subordinar à divisão político-administrativa. Se assim se procede, é apenas por motivos de ordem prática, tendo em vista ou uma apresentação didática um tanto primária ou elementar, ou o desconhecimento dos pormenores da distribuição dos fenômenos sobre a superfície terrestre (carência de cartas exatas em grande escala e de trabalhos interpretativos *in loco*) ou ainda o fato de somente se dispor de dados estatísticos por circunscrições político-administrativas.

#### SUMMARY

##### *Observations on the Problem of Regional Division*

The author begins his explanations by describing the twofold nature of the geographic methods used in the study of a given country: on the one hand, analytic as in General or Systematic Geography, whereby the different phenomena are grouped in distinct categories according to their nature, and on the other hand, predominantly synthetic, as in Regional Geography, which comprises a successive study of the various parts into which the earth's surface can be subdivided. The author draws attention to the fact that most Geographers agree that the geographic point of view is most clearly presented in Regional Geography. All geographic research leads up to Regional Geography and the fundamental problem consists in the individualization of the parts or territorial units to be studied.

It is pointed out that regional studies have been carried out since antiquity, but based upon political divisions that were administrative, arbitrary and unstable. A reaction against this criterion began to take shape towards the middle of the nineteenth century in attempts to found such studies on "natural regions", created by Nature herself. The long evolution through which the notion of "natural regions" has passed is carefully examined. At first it embraced everything that, as "natural", was opposed to "artificial", i.e. administrative; after that, "natural regions" came to be considered as strictly confined within the watertight compartments of river basins; later they were made to correspond to geological provinces or those of any other isolated physical element. Gradually the concept of "natural region" emerged as having to be based on a complex of factors, studied in their multiple interrelationship. As time went by, a distinction was made between the various types of natural region: "elementary" (characterized by a single phenomenon); "complex" (areas on which various elementary regions are superimposed); and "integral" (combinations of complex regions), the term "natural" also evolved becoming a synonym of *non-human*, natural regions often being characterized merely by their physical features and set apart from human or cultural regions, defined by elements traceable to man and his activities. One question posed by the author is of capital importance: Are the regions units that really exist in nature, distinctly individualized? The extreme variation prevailing on the surface of the globe make such an affirmation unlikely, it is very hard to verify the existence of regions as objective entities. This being so, regional settings are subjective entities, useful to a comprehension of reality, but by no means absolute in character and varying with the criteria observed and the ends in view. This means that the regions are "mental constructions", implying a certain distortion of reality, necessary however, to an understanding of that same reality.

The author then proceeds to tackle the problem of regional division, establishing the concept that "each region is a stretch of the earth's surface endowed with a certain homogeneity in the various aspects it presents". In tracing the natural regions, the separation is made in successive stages: an initial division gives extensive regions, which are subsequently split up into smaller ones, and so on until units are reached that are approximately homogeneous. The elements chosen for this division will be the most important, those that give the characteristic touch, the leading factors in the choice of which much that is subjective or personal intervenes. Another difficult problem is the delimitation of the regions, but once they have been individualized they are recorded on the map, diagrammatically and arbitrarily outlined. The breaking up of the large areas into small homogeneous regions can be effected by subdivision or by grouping. At times, different zones are grouped in the same region, as in the Northeast of Brazil, where the "mata" and the "sertão", contrasting zones, have a complementary relationship derived from human interests. Another problem resides in the denomination of the regions.

The author finally observes that, though the regions ought not to be subordinated to political and administrative boundaries, yet at times regional divisions follow the administrative layout for practical didactic purposes or simply because statistical data is only available for political-administrative circumscriptions.

## RÉSUMÉ

*Observations sur le problème de la Division Régionale*

L'auteur commence son exposé en décrivant la dualité des méthodes géographiques employées à l'étude d'un pays donné: une analytique, celle qui caractérise la Géographie Générale ou Systématique selon laquelle les différents phénomènes sont groupés en catégories distinctes suivant leur nature, et l'autre absolument synthétique propre à la Géographie Régionale qui étudie successivement les différentes parcelles dans lesquelles on peut subdiviser la superficie terrestre. L'auteur attire l'attention sur le fait que la majorité des géographes sont d'accord que c'est dans la géographie régionale que se présente le plus nettement le point de vue géographique. L'achèvement des recherches géographiques est la géographie régionale et son problème fondamental est l'individualisation des parcelles ou unités territoriales qui doivent être étudiées. Ensuite il décrit comment les études régionales se poursuivent depuis longtemps bien que calquées sur les divisions politico-administratives, arbitraires et instables. Une réaction contre ce critérium a commencé à être ébauchée au milieu du XIX<sup>ème</sup> siècle, visant à baser les études en "régions naturelles", créées par la propre nature. La longue évolution supportée par la notion de "région naturelle" est également examinée par l'auteur. Il contient d'abord tout ce qui, comme "naturel" s'oppose à "artificiel", c'est-à-dire, administratif; ensuite les régions "naturelles" sont devenues strictement les compartiments isolés par les bassins fluviaux; elles finirent par correspondre aux provinces géologiques ou à n'importe quel élément physique isolé. Petit à petit la conception de "région naturelle" s'est affirmée comme devant se baser dans un complexe de facteurs étudiés dans leurs multiples rapports. Plus tard, on fit une distinction entre les différents types de région naturelle: les "élémentaires" (caractérisées par un seul phénomène), les "complexes" (zones sur lesquelles se superposent diverses régions élémentaires), et les "intégrales" (ensembles de régions complexes). Le terme "*naturel*" a également subi une évolution en devenant le synonyme de *non-humain*, caractérisant souvent les régions naturelles seulement par leurs caractéristiques physiques et les séparant des régions humaines ou culturelles caractérisées par les éléments dus à l'homme et à ses activités. Une question faite par l'auteur est d'une importance capitale: "Les régions seraient-elles des unités réellement existantes dans la nature et distinctement individualisées? L'extrême variation existante sur la superficie de la terre rend cette affirmation improbable; l'existence de régions comme entités objectives est difficilement contrôlable. Donc, les cadres régionaux sont des entités subjectives utiles à la compréhension de la réalité, mais sans caractère absolu et qui changeront avec les critères suivis et les buts visés. Les régions sont donc des "constructions mentales", amenant une certaine distorsion de la réalité, mais qui sont cependant nécessaire à la compréhension de cette même réalité.

L'auteur aborde ensuite le problème de la division régionale, et établit le concept que "chaque région est un segment de la superficie de la terre doué d'une certaine homogénéité quant aux divers aspects qu'elle présente". Pour établir les régions naturelles, la division est faite par degrés successifs: une première division est faite dans les régions spacieuses qui sont morcelées par la suite en régions moins importantes et ainsi de suite jusqu'à avoir de petites unités approximativement homogènes. Les éléments choisis pour la division seront les plus importants, ceux qui donneront la "note caractéristique" ou les "leading factors"; dans chaque choix, le subjectif ou le personnel intervient beaucoup. Un autre problème difficile est celui de la délimitation des régions, cependant, une fois qu'elles sont considérées, elles sont marquées sur la carte et délimitées schématiquement et arbitrairement. La subdivision des grandes zones en petites régions homogènes peut être faite par morcellement ou par groupement. Parfois, des zones différentes sont groupées dans une même région, comme dans le Nordeste du Brésil, où la "mata" et le "sertão" qui sont des zones contrastantes ont des rapports complémentaires dus aux intérêts humains. Un autre problème est celui de la dénomination des régions.

L'auteur termine en disant que, bien que les régions ne doivent pas être subordonnées aux frontières politico-administratives, on procède parfois à des divisions régionales prises aux mailles administratives, avec des objectifs pratiques, didactiques, ou seulement pour ne disposer que de données statistiques par circonscriptions politico-administratives.